

Extrativistas e as mudanças climáticas no Alto Rio Atua, Muaná, Ilha de Marajó – PA

Euzalina da Silva Ferrão – SEDUC - PA.

Palavras-chave: Extrativistas, mudanças climáticas, Marajó¹

Resumo: O presente estudo se desdobra a respeito dos trabalhadores extrativistas do Alto Rio Atua em Muaná, da Ilha de Marajó, Estado do Pará, que têm a maior concentração de sua produção na colheita do açaí (*Euterpe oleacea*) e devido as mudanças climáticas, eles vêm a economia baseada nesse produto diminuir devido a seca afeta os dois períodos de safra, estiagem e cheia, o que antes não acontecia. A consequência desse fenômeno tem colocado a sua segurança de reprodução social em situação precária. As mudanças climáticas têm provocado escassez em todos os sentidos, como falta de água potável para abastecimento das famílias, desaparecimento de animais que fazem parte da dieta alimentar como pescados e animais de caça. Os rios secam ou ficam com as águas impróprias para o consumo humanos, principalmente, porque o gado, bubalino, geralmente, circulam as margens dos rios para consumir a água que está em falta nas áreas mais centrais distantes do curso do rio e como hábitos desses animais, eles também usam os leitos dos rios para ficarem tomando banho. O estudo é resultado de uma assessoria aos trabalhadores do Rio Atua durante a 30ª Conferência das Partes - COP30, em Belém do Pará, fruto do debate dos trabalhadores extrativistas dessa local junto a Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Participei como assessora da elaboração da proposta do texto a candidatura do representante dos extrativista do rio Atua na apresentação da proposta a secretaria e na organização do texto para apresentar no evento. O texto foi elaborado a partir do levantamento dos dados junto as comunidades sob minha orientação, dentro de um documento elaborado que preencheria dados referente as práticas, a quantidade de comunidade seja organização de moradores ou comunidade formada por segmentos religiosos com suas Igrejas na localidade. O levantamento foi todo feito via celular, tanto o meu contato com o líder dos extrativistas, quanto o líder dos extrativistas cooperou para ligar e coletar informação junto as comunidades. O levantamento foi realizado dentro de dois meses, o qual teve informação com imagem sobre os lugares e as condições em que as safras de açaí apresentavam naquele momento. O estudo se resumiu em uma etnografia usando os meios digitais para coletar as informações necessárias a formulação do instrumento, no caso o texto. Participei da reunião da Secretaria com todos os trabalhadores representantes dos segmentos extrativistas do estado do Pará e desses segmentos o município de Muaná, comunidade do rio Atua foi agraciado com o projeto

¹ "Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)"

de abastecimento de água potável as comunidades, enquanto a área tornara Território Extrativista.

Introdução

Este documento tem a natureza de um registro etnográfico e político das comunidades que habitam e manejam as florestas e rios do Alto e Médio Rio Atuaá, no município de Muaná, arquipélago do Marajó, estado do Pará, Amazônia Brasileira. Foi elaborado coletivamente no âmbito da Associação dos Produtores Rurais e Pescadores do Alto e Médio Rio Atuaá (APROMARA) como subsídio à COP30, com o objetivo de dar visibilidade às demandas territoriais, ambientais e sociais de 577 famílias que têm no extrativismo florestal e na pesca artesanal seus modos primordiais de vida.

A abordagem etnográfica aqui adotada parte do princípio de que o conhecimento sobre o clima, a biodiversidade e o território produzido pelas comunidades extrativistas constitui patrimônio epistêmico insubstituível. Os saberes acumulados ao longo de gerações sobre os ciclos do açaí, o comportamento dos rios, os hábitos da fauna e os sinais das estações formam um sistema coerente de relação com o ambiente — sistema que as mudanças climáticas e as pressões externas colocam em risco.

Território e Localização



Foto nº 01, Floresta de Palmeiras de Açaí. Autor: Mauricio.

O reconhecimento do território analisado faz parte de um histórico de pesquisa que já venho fazendo na região do Rio Atua desde o final dos anos 1990, quando inciei minhas pesquisas na região. Em 2005 fui para essa região fazer a pesquisa de minha dissertação de mestrado. Naquele momento os trabalhadores passavam pelo um processo de transição fundamental na organização de seu processo produtivo. Havia recuperado os açais que antes haviam servido para abastecer as fabricas de beneficiamento do Palmito de Acai. Toda a construção do texto foi baseada nas diversas formas de organização desenvolvida pelos trabalhadores e trabalhadores da região do baixo e alto rio Atua.(FERRÃO,2006). Os impactos das mudanças climáticas ainda não se apresentava com tanta evidencia. O que esse trabalho traz é uma evidencia clara das alterações no processo produtivo ocorrido pelas mudanças climáticas que alteram significativamente a vida dos grupos locais.

2.1 Situação geográfica

As comunidades estudadas estão distribuídas ao longo do Alto e Médio curso do Rio Atua, afluente do sistema hídrico do estuário amazônico, no interior do arquipélago do Marajó. O acesso se dá exclusivamente por via fluvial, por meio de pequenas embarcações (rabetas e canoas a motor), o que confere ao território uma dinâmica espacial fortemente condicionada pelo regime das águas — cheia, vazante, seca e enchente — e pelo custo do combustível.

O município de Muaná integra a mesorregião do Marajó, reconhecida tanto pela sua imensa riqueza ecossistêmica quanto pelas suas históricas vulnerabilidades sociais: ausência de infraestrutura, dificuldade de acesso a serviços públicos e pressões crescentes sobre os recursos naturais.

2.2 comunidades e população

O território abrange quinze comunidades, com perfis confessionais e dimensões diversas, totalizado 577 famílias e aproximadamente 2.885 pessoas (estimativa com base em média de 5 pessoas por família):

1. Comunidade Ágape (Carobal) — 12 famílias
2. Comunidade Bom Jardim — 45 famílias
3. Comunidade Bom Jesus — 38 famílias

4. Comunidade Caimbé — 25 famílias
5. Comunidade Jaratuba (Católica e Evangélica) — 50 famílias
6. Comunidade Mato Grande — 42 famílias
7. Comunidade Recreio — 30 famílias
8. Comunidade Sagrada Família — 27 famílias
9. Comunidade do Limão — 18 famílias
10. Comunidade das Baratas — 10 famílias
11. Comunidade Menino Jesus — 18 famílias
12. Comunidade São Benedito — 35 famílias
13. Comunidade São Miguel (Católica e Evangélica) — 40 famílias
14. Comunidade Valéria (Jerusalém + Deus Amor Renovada) — 162 famílias
15. Comunidade Umarizal — 25 famílias

A diversidade religiosa — comunidades católicas, evangélicas e mistas — coexiste com uma identidade territorial comum: o pertencimento ao Rio Atuaá, o modo de vida ribeirinho-extrativista e a dependência compartilhada dos ciclos ecológicos da floresta amazônica.

3. Modo de Vida e Organização Social

3.1 AAPROMARA e a organização associativa

A Associação dos Produtores Rurais e Pescadores do Médio e Alto Rio Atuaá (APROMARA) constitui o principal elo de articulação política e social entre as quinze comunidades. Fundada com o propósito de representar coletivamente os interesses dos trabalhadores rurais e pescadores da região, a APROMARA tem atuado em múltiplas frentes: demandas por moradia, saúde e educação públicas; geração de trabalho e renda; fixação das famílias no campo; regularização fundiária; segurança pública; e preservação ambiental.

A associação assume também papel de denúncia e vigilância territorial, enfrentando a extração predatória de madeira, as invasões de propriedades e os conflitos agrários que emergem com a chegada de agentes externos ao território. Essa atuação

posiciona a APROMARA como interlocutora legítima no debate sobre política climática, fundiária e de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

3.1 Economia doméstica e extrativismo

A economia das famílias do Rio Atua é eminentemente extrativista e artesanal. O açaí (*Euterpe oleracea*) ocupa o centro da vida produtiva: é a principal fonte de renda monetária, alimento de consumo cotidiano e referência cultural do território. Ao redor do açaí organiza-se o calendário do trabalho, o ritmo das relações familiares e comunitárias e a própria percepção do tempo — a safra define o que é abundância ou escassez.



Comunidade Recrei Foto nº 02 Criação de suínos. Autor: Mauricio. Comunidade Sagrada Família. Foto nº03 Pequenas embarcações (rabudo) transportando água e outros produtos. Autor: Mauricio

Além do açaí, as famílias praticam a extração de outros frutos de palmeiras (murici, buriti), a pesca artesanal nos rios e lagos, a criação de pequenos animais (suínos, patos e galinhas — os chamados xerimbabos) e, em menor escala, a agricultura familiar. O manejo sustentável dos açaizais constitui uma tecnologia social desenvolvida ao longo de gerações, baseada no conhecimento ecológico local sobre a densidade ideal das touceiras, os períodos de poda e os sinais de floração.

"A entrada na floresta diariamente produz um convívio permanente com o ambiente, garantindo a manutenção de um ambiente saudável e a reprodução da flora e da fauna, as quais se autorreproduzem."

Essa relação de presença e cuidado cotidiano com a floresta é, em si, uma forma de gestão ambiental — não formalizada, mas efetiva. A dependência econômica e alimentar do ecossistema florestal cria incentivos estruturais para sua conservação, distintos — e frequentemente mais eficazes — do que mecanismos externos de controle.

3.3 Infraestrutura e acesso a serviços

O território apresenta graves déficits de infraestrutura básica. A ausência de estradas e a dependência exclusiva do transporte fluvial tornam o escoamento da produção oneroso e incerto. O custo do combustível para a navegação impõe uma pressão constante sobre a renda familiar.

A cobertura de serviços públicos é insuficiente para a população residente. Algumas comunidades não possuem escola pública; o único posto de saúde existente é inadequado para atender um contingente de quase três mil pessoas dispersas ao longo do rio; a segurança pública é praticamente ausente, obrigando moradores a se deslocarem para outras localidades em situações de emergência. A ausência de assistência técnica qualificada para o manejo florestal e a produção extrativista limita a capacidade das famílias de agregar valor à sua produção.

4. Impacto das Mudanças Climáticas sobre o Território e o Modo de Vida



Fotos nºs 04 e 5. Resultado da mudança climática, sem frutos bons para colher. Autor: Mauricio.

4.1 Acrise do açaí: calendário ecológico e instabilidade produtiva

O fenômeno das mudanças climáticas manifesta-se no território do Rio Atua de forma concreta e mensurada pelas famílias a partir da alteração nos padrões produtivos do açaí. O calendário tradicional da cultura — que organizava a vida econômica em duas safras distintas — tem sido desorganizado pela irregularidade das chuvas e pelo aumento das temperaturas.

Na primeira safra, correspondente ao período de verão (seca), a intensidade solar tem comprometido a qualidade do fruto: o calor extremo resseca o açaí antes da coleta, reduzindo a massa e inviabilizando a produção de polpa de qualidade. Na segunda safra, cujo período de floração coincide com a estação seca, a ausência de chuvas prejudica a formação do fruto: as vassouras ressecam e o trabalho de coleta não encontra produto a coletar.

"As safras do açaí, principal meio de extração, vêm diminuindo ou sem qualidade devido à falta de chuva. Com a falta d'água e a alta temperatura a planta fica desidratada."

Essa dupla falha do calendário produtivo representa uma ameaça existencial para a economia familiar das comunidades. O açaí não é apenas fonte de renda: é também alimento de base, componente essencial da dieta ribeirinha. Sua escassez produz, simultaneamente, impacto econômico e insegurança alimentar.

4.2 Crise hídrica: água como bem em risco



Fotos nºs 6 e 7 Qualidade da água. Autor: Mauricio

Foto Nº Autor

A escassez hídrica é percebida pelas comunidades como uma das manifestações mais agudas das mudanças climáticas. Os poços artesianos e os olhos d'água que historicamente abasteciam as famílias têm secado ou apresentado água com concentração salina elevada durante os períodos de estiagem. A falta de água afeta simultaneamente o consumo humano, a dessedentação dos animais de criação e a manutenção da umidade necessária à floresta.

A alternativa encontrada pelas famílias — deslocar-se de embarcação para buscar água em outros pontos — implica custos com combustível que agravam ainda mais a situação econômica. A condução da água em vasilhames inapropriados compromete sua potabilidade, adicionando riscos sanitários ao problema.

4.3 Cadeia alimentar em colapso: pesca, fauna e dieta

Os impactos climáticos têm efeito em cascata sobre a cadeia alimentar do território. A seca dos rios e lagos reduz os estoques pesqueiros, privando as famílias de sua principal fonte proteica. A escassez de frutos florestais — não apenas o açaí, mas também o murici, o buriti e outros — compromete a alimentação da fauna silvestre, que migra ou perece. Animais que integravam a dieta tradicional das populações ribeirinhas tornam-se progressivamente raros.

O resultado é uma transição alimentar involuntária e prejudicial: sem acesso à produção local, as famílias passam a depender de alimentos industrializados adquiridos nos mercados urbanos. Esses alimentos chegam às comunidades com custo elevado, procedência não orgânica e produção baseada em agrotóxicos — um fator que os moradores associam ao aumento da incidência de doenças.

"Antigamente, nada disso era necessário, haja vista que todos tinham sua forma de produção alimentar. Com baixa condição econômica, as pessoas passam a consumir alimentos de procedência não orgânica, produzido com agrotóxico e isso tem trazido doença às pessoas."

4.4 Pressões antrópicas que agravam a crise climática



Foto: nº 08. Campos natural seco pelo a falta d'água. Autor: Mauricio.

Essa realidade é tratada por alguns pesquisadores da Amazônia como, por exemplo, o pesquisador da EMBRAPA, Araújo () que revela em seu artigo sobre meio ambiente, na *Revista Nature*, quando explica que se trata de uma transição do sistema biofísico (seres vivos e ambiente) amazônico decorrente das interações entre o clima global, uso da terra, fogo, hidrologia, ecologia e dimensões humanas. ‘Por exemplo, embora o balanço de carbono da bacia ainda seja incerto, o desflorestamento mudou o balanço de um possível sumidouro (reservatório) na parte final do século 20 para uma fonte emissora de gás carbônico para a atmosfera’, exemplifica (EMBRAPA, site, 2026) .

As mudanças climáticas interagem com dinâmicas antrópicas locais que aprofundam a degradação ambiental. O desmatamento para extração comercial de madeira, as queimadas em açaizais, muricizais e buritizais, e a superpopulação de búfalos e bovinos em áreas de campo e floresta constituem pressões que se sobrepõem aos efeitos do aquecimento global.

A presença excessiva de búfalos nos leitos dos rios e nos olhos d'água tem consequências específicas: destrói a vegetação ciliar, agrava o assoreamento dos cursos d'água, contamina com seu odor os peixes capturados — tornando-os impróprios para o consumo — e expõe os mananciais à luz solar, acelerando sua evaporação. A destruição

dos olhos d'água é particularmente crítica, pois esses pontos funcionam como reguladores naturais da umidade da floresta.

Paralelamente, conflitos fundiários emergem com a chegada de agentes externos que adquirem pequenas propriedades e buscam expandir seus limites sobre terras de uso coletivo, cercando áreas de livre circulação dos animais comunitários e interrompendo o acesso tradicional aos recursos florestais.

As populações locais buscam manter o ambiente, preservados para poder se reproduzir melhor, porém, “por mais que a sociobioeconomia seja vista como alternativa promissora para reverter décadas de destruição da floresta e injustiças contra [Povos Indígenas e Comunidades Locais] (PICL), suas implantação enfrenta desafios significativos” (BRANDÃO, 2024). Essa é uma análise evidente de que, as ações de destruição da floresta e do meio ambiente tem sido cada vez piorado devido a ação das mudanças climáticas.

5. Demandas Prioritárias das Comunidades

Com base no diagnóstico coletivamente elaborado, as comunidades do Alto e Médio Rio Atuaú apresentam as seguintes demandas prioritárias:

5.1 Proteção dos territórios extrativistas

As comunidades reivindicam o reconhecimento formal e a proteção jurídica dos territórios extrativistas e das reservas comunitárias. A regularização fundiária é urgente para coibir as invasões e os conflitos agrários que têm se multiplicado. É necessário estabelecer mecanismos efetivos de vigilância e resolução de conflitos territoriais que respeitem os direitos das populações tradicionais preexistentes.

5.2 Proteção da biodiversidade local

Demanda-se a implementação de políticas públicas de vigilância florestal, com a designação de guardas-florestais para coibir a caça predatória noturna (prática conhecida como 'lanternagem'), o furto de gado e a extração ilegal de madeira. É necessário ainda promover o reflorestamento das áreas de olho d'água e implementar restrições à superpopulação de bubalinos (búfalos) em zonas sensíveis do ecossistema.

5.3 Acesso a financiamento climático

As comunidades demandam acesso a financiamentos climáticos diretos, desburocratizados e adaptados à realidade ribeirinha. Os mecanismos de financiamento existentes são inacessíveis para populações sem documentação fundiária formalizada, sem conectividade digital e sem capacidade de elaborar projetos técnicos complexos. A mediação por parte do poder público ou de organizações de apoio é indispensável para viabilizar o acesso a esses recursos.

5.4 Infraestrutura hídrica: poços comunitários

A construção de pelo menos três poços comunitários por comunidade é reivindicada como medida urgente de adaptação climática. A distribuição de múltiplos pontos de captação evita o esgotamento precoce dos aquíferos durante a estiagem. Num horizonte de maior prazo, deseja-se que cada domicílio disponha de seu próprio poço. Reconhece-se que em algumas áreas de campo a água subterrânea apresenta salinidade elevada durante a seca, o que requer estudos específicos de viabilidade.

5.5 Infraestrutura hídrica: cisternas

A instalação de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva é apontada como complemento essencial ao sistema de poços. As cisternas permitiriam garantir reservas de água para o período seco, tanto para o consumo humano quanto para a dessedentação dos animais e para a irrigação dos açaizais. A possibilidade de irrigar os açaizais durante a estação seca é vista pelas comunidades como uma das medidas com maior potencial de recuperação da produção e da renda familiar.

5.6 Assistência técnica e certificação

As comunidades demandam acompanhamento técnico qualificado para o manejo sustentável da floresta e para a certificação de produtos extrativistas. Atualmente, a ausência de assistência técnica faz com que os produtos sejam comercializados in natura, sem beneficiamento, o que reduz drasticamente sua valorização econômica. A certificação de origem e de manejo sustentável abriria acesso a mercados diferenciados, com melhores preços e maior segurança para as famílias.

5.7 Participação nos espaços de decisão climática

As comunidades reivindicam participação efetiva — e não apenas consultiva ou simbólica — nos fóruns de decisão sobre clima e desenvolvimento sustentável. Essa presença é necessária para que as demandas locais sejam incorporadas às políticas públicas de educação, saúde, transporte e escoamento da produção. A COP30, realizada em Belém, representa uma oportunidade histórica para que as vozes dos povos da floresta sejam ouvidas onde as decisões sobre o futuro do clima são tomadas.

6. Considerações Finais

As comunidades do Alto e Médio Rio Atua não são vítimas passivas das mudanças climáticas. São sujeitos históricos que, ao longo de gerações, desenvolveram modos de vida, sistemas de conhecimento e práticas de manejo que mantiveram a floresta amazônica em pé. O que pedem não é caridade: é reconhecimento, proteção e condições para continuar sendo o que sempre foram — guardiões do território e da biodiversidade.

A crise climática que o mundo debate nas grandes conferências internacionais já é uma realidade vivida, no corpo e no cotidiano, pelas famílias do Rio Atua. Açaizais ressecados, rios menos piscosos, olhos d'água que secam, animais que migram ou morrem, crianças alimentadas com produtos industrializados de procedência duvidosa — esses são os rostos concretos da crise que os termômetros e modelos climáticos apenas registram em abstrato.

Este documento é, ao mesmo tempo, um registro etnográfico, um diagnóstico ambiental e um manifesto político. Que sirva como instrumento de luta e de diálogo — na COP30 e além dela.

Referenciais

BRANDÃO, Diego O; et all: Impactos das mudanças climáticas na sociobioeconomia da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, nº 38, (112), 2024.

FERRÃO, Euzalina da Silva. **Desenvolvimento sustentável, organização e (re)organização de trabalhadores rurais do alto rio Atua na ilha de Marajó: exame de uma experiência**. Belém: UFPA, 2006. (Dissertação).

Site visitado: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1461339/meio-ambiente-artigo-aponta-mudancas-na-floresta-amazonica>. Em 30/06/2026